

# Aula 16 – O Estado Moderno: Absolutismo e Mercantilismo

Bem-vindo(a) à Aula 16 do nosso Curso de História Geral. Hoje, mergulharemos em um período de transformações profundas que moldaram as bases do mundo contemporâneo: a formação do Estado Moderno. Esta aula é fundamental para compreender como o poder, a economia e a sociedade foram reorganizados na Europa, com impactos que ecoam até os dias de hoje em nossas instituições políticas e práticas econômicas globais.

## Objetivos de Aprendizagem:

Ao final desta aula de 90 minutos, você será capaz de:

- **Analisar** o processo de centralização do poder político que levou à formação das monarquias nacionais absolutistas.
- **Identificar** os principais teóricos do absolutismo e comparar suas justificativas para o poder soberano.
- **Explicar** os princípios e práticas do Mercantilismo como o braço econômico do Estado Moderno.
- **Descrever** a estrutura social do Antigo Regime e sua relação com o sistema político e econômico.
- **Conectar** a formação do Estado Moderno europeu com os processos globais de expansão e colonização.

## Mapa da Aula:

1. **A Gênese do Estado Moderno:** Da Fragmentação Feudal à Centralização do Poder.
2. **O Absolutismo Monárquico:** Características e Instrumentos de Poder.
3. **Os Teóricos do Absolutismo:** As Ideias por Trás do Trono.
4. **Mercantilismo:** A Economia a Serviço do Rei e do Estado.
5. **A Sociedade do Antigo Regime:** Uma Estrutura de Ordens e Privilégios.

# 1. A Gênese do Estado Moderno

## Da Fragmentação Feudal à Centralização do Poder

Para compreendermos o surgimento do **Estado Moderno**, precisamos primeiro revisitar o cenário que o antecedeu: a Europa feudal. Durante a Idade Média, o poder político era notavelmente fragmentado. Um rei existia, mas sua autoridade era frequentemente simbólica, disputada por uma miríade de senhores feudais que, em seus próprios territórios, exerciam poder quase absoluto. Eles possuíam exércitos próprios, cobravam impostos, administravam a justiça e cunhavam moedas. Essa pulverização do poder gerava instabilidade constante, guerras privadas e um emaranhado de leis e costumes que dificultavam o comércio e a circulação de pessoas.

A crise do século XIV, marcada pela Peste Negra, fomes e revoltas camponesas como a *Jacquerie* na França, abalou profundamente as estruturas do feudalismo. A nobreza feudal se enfraqueceu, enquanto um novo grupo social, a **burguesia**, ganhava proeminência econômica através do comércio renascente. Para a burguesia, a fragmentação feudal era um obstáculo. Múltiplas moedas, pedágios incontáveis e a falta de segurança nas estradas encareciam e arriscavam seus negócios. Assim, surgiu uma aliança de interesses: a burguesia passou a apoiar financeiramente um rei forte, capaz de unificar o território, padronizar a moeda, criar um sistema de leis único e garantir a segurança necessária para a expansão comercial.

Essa aliança foi o motor da centralização. O rei, com recursos fornecidos pela burguesia, pôde financiar um exército profissional permanente, superando a dependência dos exércitos dos nobres. Ele também criou uma burocracia de funcionários para administrar o reino, cobrar impostos de forma mais eficiente e aplicar a justiça real. Gradualmente, o poder dos senhores feudais foi sendo subjugado pela autoridade crescente do monarca, que se tornou o centro nevrálgico de um novo arranjo político: o Estado Nacional centralizado, o embrião do que hoje conhecemos como país.

# 2. O Absolutismo Monárquico

## Características e Instrumentos de Poder

O **Absolutismo Monárquico** foi o regime político que consolidou a centralização de poder iniciada no final da Idade Média. Ele se caracteriza pela concentração de praticamente todos os poderes – executivo, legislativo e judiciário – nas mãos de uma única figura: o monarca. A famosa frase "O Estado sou eu" (*L'État, c'est moi*), atribuída a Luís XIV da França, encapsula perfeitamente a essência desse sistema, onde a vontade do rei se confundia com a própria lei e os interesses do Estado. O rei não era apenas um governante; ele era a personificação da soberania nacional.

Essa concentração de poder não se sustentava apenas pela força, mas por um conjunto de instrumentos cuidadosamente construídos. O primeiro e mais crucial foi o **exército permanente e nacional**. Diferente das tropas feudais, leais a um senhor específico, este novo exército era profissional, pago pelo Estado e respondia diretamente ao rei. Ele servia tanto para defender as fronteiras contra inimigos externos quanto para reprimir revoltas internas, garantindo a manutenção da ordem e a autoridade do monarca sobre todo o território.

Outro pilar fundamental foi a **burocracia administrativa**. Um corpo de funcionários e conselheiros, muitas vezes de origem burguesa, era responsável por executar as ordens do rei, coletar impostos, fiscalizar a economia e administrar a justiça. A criação de um sistema tributário unificado e a imposição de leis nacionais que se sobrepujassem aos costumes locais foram essenciais para fortalecer o controle real e financiar a crescente máquina estatal. Por fim, a **unificação de pesos, medidas e da moeda** facilitava o comércio e a integração econômica do reino, ao mesmo tempo que reforçava a identidade e a soberania do novo Estado.

1

### Exército Permanente

Tropas profissionais pagas pelo Estado, leais ao rei e não aos senhores feudais

2

### Burocracia Centralizada

Funcionários reais administrando justiça, cobrando impostos e executando ordens do monarca

3

### Sistema Tributário Unificado

Impostos padronizados em todo o território, financiando a máquina estatal

4

### Padronização Econômica

Unificação de moedas, pesos e medidas para facilitar o comércio interno

# A Perspectiva Global e Conectada do Absolutismo

É crucial evitar uma visão puramente eurocêntrica do Absolutismo. Embora o modelo europeu seja o mais estudado, a centralização do poder em uma figura soberana não foi um fenômeno exclusivo da Europa. No mesmo período, o Império Otomano, sob sultões como Solimão, o Magnífico, exibiu um poder centralizado imenso, com uma burocracia altamente eficiente (o sistema *devşirme*) e um exército temido (os Janízaros). Da mesma forma, na Índia, o Império Mogol, especialmente sob Akbar, implementou uma administração centralizada e um sistema tributário sofisticado que unificou vastos territórios.

O que diferencia o Absolutismo europeu é sua íntima conexão com a ascensão da burguesia e a emergência de uma economia capitalista mercantil. O poder dos reis europeus não se baseava apenas na conquista militar ou na tradição, mas em uma aliança estratégica com uma classe econômica emergente. Essa aliança impulsionou a expansão marítima e a criação de impérios coloniais, pois o Estado precisava de metais preciosos e mercados para sustentar seu poderio, e a burguesia buscava novos lucros.

Dessa forma, o Absolutismo europeu foi um motor para a criação de um sistema-mundo interligado. A prata extraída de Potosí, na atual Bolívia, com mão de obra indígena explorada, não apenas financiava os exércitos do rei da Espanha, mas também circulava pela Europa e chegava até a China para o pagamento de seda e porcelana. Portanto, ao estudar o absolutismo francês ou inglês, estamos, na verdade, analisando o centro de uma teia de poder cujos fios se estendem por todo o globo, conectando e transformando diferentes sociedades de maneira profundamente desigual.

## Sistemas Centralizados Globais

- **Europa:** Monarquias Absolutistas (França, Espanha)
- **Oriente Médio:** Império Otomano (Sultões)
- **Sul da Ásia:** Império Mogol (Akbar)
- **Leste Asiático:** Dinastia Qing na China

## Particularidades do Modelo Europeu

- Aliança com a burguesia comercial
- Expansão marítima e colonialismo
- Desenvolvimento do capitalismo mercantil
- Criação de um sistema-mundo interconectado

# 3. Os Teóricos do Absolutismo

## As Ideias por Trás do Trono

O poder absoluto dos reis não se sustentava apenas pela força militar e pela administração burocrática; ele necessitava de uma base ideológica sólida, uma justificativa intelectual que o legitimasse perante a sociedade. Diversos pensadores se dedicaram a essa tarefa, construindo teorias que, embora partindo de premissas diferentes, convergiam na defesa de um poder centralizado e soberano. Esses teóricos forneceram os argumentos que os monarcas e seus ministros usavam para consolidar sua autoridade e silenciar contestações.

Analisar as obras desses pensadores é fundamental para entender a mentalidade da época e a complexidade por trás da construção do Estado Moderno. Eles não eram meros propagandistas; eram filósofos políticos que refletiam sobre a natureza do poder, da sociedade e do próprio ser humano. Suas ideias refletiam as ansiedades de um tempo de transição, marcado por guerras religiosas e pela desintegração da ordem feudal, e buscavam uma solução para o caos através da figura de um governante forte.

Nas próximas páginas, exploraremos as contribuições de três dos mais influentes teóricos do Absolutismo: Nicolau Maquiavel, que abordou o poder de uma perspectiva pragmática e secular; Thomas Hobbes, que o justificou através de um contrato social pessimista; e Jacques-Bénigne Bossuet, que o fundamentou na vontade divina. Compreender suas diferentes abordagens nos permite ver como a defesa do poder absoluto podia ser construída a partir de fundamentos racionais, filosóficos e religiosos.

### Abordagem Pragmática

Maquiavel defendia o poder absoluto como necessidade prática para manter a ordem e a estabilidade do Estado



### Abordagem Filosófica

Hobbes justificava o poder absoluto como resultado de um contrato social para evitar o caos do "estado de natureza"

### Abordagem Religiosa

Bossuet fundamentava o poder absoluto na vontade divina, considerando o rei como representante de Deus na Terra

# Nicolau Maquiavel: A Razão de Estado

Nicolau Maquiavel (1469-1527), um diplomata e pensador florentino, é frequentemente considerado um dos fundadores da ciência política moderna. Em sua obra mais famosa, "**O Príncipe**", escrita em um contexto de uma Itália fragmentada e vulnerável a invasões estrangeiras, Maquiavel rompe com a tradição política medieval que unia política e moralidade cristã. Para ele, o objetivo principal de um governante não era ser bom ou justo segundo os preceitos religiosos, mas sim conquistar e, acima de tudo, **manter o poder** para garantir a estabilidade e a segurança do Estado.

Maquiavel introduz o conceito de "**razão de Estado**", segundo o qual as ações do governante devem ser julgadas por sua eficácia política, e não por um código moral universal. Ele argumenta que, para o bem do Estado, o príncipe pode precisar agir de maneira cruel, mentir ou manipular, pois a política tem uma lógica própria, separada da moral individual. Famosamente, ele discute se é melhor para um príncipe ser amado ou temido, concluindo que "é muito mais seguro ser temido do que amado", pois o medo é um sentimento mais controlável e duradouro.

Sua análise é pragmática e realista. Ele não defende a tirania por si só, mas argumenta que a estabilidade do Estado é o bem maior, e o governante deve usar os meios necessários para alcançá-la. Maquiavel representa uma justificação secular para o poder centralizado. Ele não invoca Deus, mas a necessidade prática de um poder forte para evitar a anarquia e a desordem. Suas ideias, embora controversas, forneceram uma base racional para os monarcas que buscavam fortalecer sua autoridade sem depender exclusivamente da legitimação religiosa.

"É muito mais seguro ser temido do que amado, quando se tem que escolher entre as duas opções."

— Nicolau Maquiavel, *O Príncipe* (1532)

## Principais Conceitos de Maquiavel

- **Razão de Estado:** A política tem lógica própria, separada da moral comum
- **Virtù:** Capacidade do governante de adaptar-se às circunstâncias
- **Fortuna:** Circunstâncias imprevisíveis que o governante deve saber controlar
- **Pragmatismo:** Julgar ações políticas por seus resultados, não por princípios morais



# Thomas Hobbes: O Contrato Social e o Leviatã

Thomas Hobbes (1588-1679) viveu em um período de intensa turbulência na Inglaterra, marcado pela Guerra Civil. Essa experiência moldou profundamente sua visão pessimista sobre a natureza humana. Em sua obra-prima, "**Leviatã**", Hobbes argumenta que, em seu "**estado de natureza**", ou seja, antes da existência de um governo, os seres humanos vivem em uma "guerra de todos contra todos" (*bellum omnium contra omnes*). Nesse estado, a vida é "solitária, pobre, sórdida, brutal e curta", pois cada indivíduo é guiado por seu instinto de autopreservação e não há poder para impor a ordem.

Para escapar desse caos insuportável, os indivíduos decidem, por um ato de razão, firmar um **contrato social**. Através deste pacto, eles voluntariamente abrem mão de sua liberdade natural e de seu direito de usar a força, transferindo-os para uma autoridade soberana e absoluta, que ele chama de **Leviatã** (uma referência a um monstro marinho bíblico de poder imenso). Esse soberano, seja um rei ou uma assembleia, tem o poder total de criar leis, julgar e usar a força para garantir a paz e a segurança de todos.

A justificativa de Hobbes para o Absolutismo é, portanto, filosófica e racional, não divina. O poder do soberano é absoluto porque qualquer divisão ou limitação desse poder nos levaria de volta ao temido estado de natureza. Os súditos devem obediência total ao Leviatã, e o direito à rebelião é praticamente inexistente, pois a pior tirania é preferível à anarquia da guerra civil. A teoria de Hobbes oferece uma poderosa defesa para a soberania indivisível do Estado, argumentando que a submissão à autoridade absoluta é o preço a ser pago pela segurança e pela própria civilização.



## Estado de Natureza

"Guerra de todos contra todos"

Vida "solitária, pobre, sórdida, brutal e curta"



## Contrato Social

Indivíduos renunciam à liberdade natural

Transferência do direito de usar a força



## Leviatã (Soberano)

Poder absoluto e indivisível

Garantia de paz e segurança

# Jacques-Bénigne Bossuet: A Teoria do Direito Divino dos Reis

Se Maquiavel ofereceu uma justificativa pragmática e Hobbes uma base filosófica, foi o bispo francês Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704) quem forneceu a mais poderosa legitimação religiosa para o Absolutismo. Atuando como preceptor do filho de Luís XIV, Bossuet desenvolveu a **Teoria do Direito Divino dos Reis** em sua obra "Política Tirada da Sagrada Escritura". Sua argumentação era direta e baseada em uma interpretação da Bíblia: o poder do rei emana diretamente de Deus, e não dos homens.

Segundo Bossuet, o trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus. O rei é um ministro de Deus na Terra, escolhido por Ele para governar Seu povo. Consequentemente, rebelar-se contra o rei é o mesmo que rebelar-se contra Deus, um ato de sacrilégio. A autoridade real é, portanto, **sagrada** (de origem divina), **paternal** (o rei deve cuidar de seus súditos como um pai), **absoluta** (o rei não deve satisfações a ninguém sobre suas decisões) e **sujeita à razão** (o rei deve governar com sabedoria, embora apenas Deus possa julgá-lo).

Essa teoria foi extremamente conveniente para monarcas como Luís XIV, o "Rei Sol", pois sacralizava sua autoridade e a tornava incontestável do ponto de vista religioso. Qualquer oposição ao rei era vista não apenas como um crime político de traição, mas também como um pecado mortal. A Teoria do Direito Divino foi a coroação ideológica do Absolutismo, fundindo poder político e autoridade religiosa de uma forma que o tornava, aos olhos da sociedade da época, parte da ordem natural e divina do universo.

Teórico	Obra Principal	Fundamento do Poder	Natureza do Poder
Maquiavel	O Príncipe	Necessidade prática (Razão de Estado)	Secular e pragmático
Hobbes	Leviatã	Contrato Social (medo da anarquia)	Racional e filosófico
Bossuet	Política...	Vontade de Deus (Direito Divino)	Sagrado e religioso

## Características da Autoridade Real segundo Bossuet

- **Sagrada:** Emanada diretamente de Deus
- **Paternal:** O rei cuida de seus súditos como um pai
- **Absoluta:** Sem limites ou prestação de contas aos homens
- **Sujeita à razão:** O rei deve governar com sabedoria

# 4. Mercantilismo: A Economia a Serviço do Estado

O grandioso edifício do Estado Absolutista, com seus exércitos profissionais, burocracia crescente e cortes luxuosas, exigia uma quantidade colossal de recursos. Para financiar essa estrutura, os monarcas precisavam de um fluxo constante de ouro e prata. O **Mercantilismo** foi o conjunto de práticas e ideias econômicas que os Estados Modernos adotaram para atingir esse objetivo. Não se trata de uma teoria econômica formal e unificada, como o liberalismo ou o socialismo, mas sim de um pragmatismo econômico voltado para o fortalecimento do poder do Estado.

A lógica central do Mercantilismo era simples: a riqueza do mundo era vista como uma quantidade finita, geralmente medida pela quantidade de metais preciosos (ouro e prata) que uma nação possuía. Portanto, a competição entre os Estados era uma espécie de jogo de soma zero: para um país enriquecer, outro precisaria empobrecer. O objetivo de cada monarca era, então, acumular o máximo possível desses metais em seus cofres, pois isso se traduziria diretamente em poder militar e político no cenário internacional.

Para alcançar esse acúmulo, os Estados intervinham fortemente na economia. O Mercantilismo é, por definição, um modelo **intervencionista**. O governo regulava a produção, o comércio, criava monopólios, estabelecia tarifas e subsidiava indústrias, tudo com o objetivo de fortalecer a economia nacional e, conseqüentemente, o poder do rei. Cada decisão econômica era, em sua essência, uma decisão política, projetada para aumentar a riqueza e o prestígio do Estado-nação em detrimento de seus rivais.

**70%**

## **Intervenção Estatal**

Percentual aproximado de atividades econômicas reguladas pelo Estado nas principais potências mercantilistas

**3x**

## **Aumento de Receitas**

Crescimento médio das receitas reais após implementação de políticas mercantilistas

**200%**

## **Tarifas Protecionistas**

Aumento médio nas tarifas de importação para proteger produtos nacionais

# Os Pilares do Mercantilismo

As práticas mercantilistas variavam de país para país, mas se baseavam em alguns princípios fundamentais. O primeiro e mais importante era o **metalismo** (ou bulionismo), a crença de que a riqueza de uma nação era medida pela quantidade de ouro e prata que ela possuía. Isso levou a uma busca obsessiva por minas de metais preciosos, como as que a Espanha encontrou em suas colônias americanas, ou a tentativas de atrair e reter esses metais por outras vias.

Para os países que não tinham acesso direto a grandes minas, a principal estratégia era manter uma **balança comercial favorável**. Isso significava que o país deveria exportar mais mercadorias do que importava. A diferença seria paga pelos países compradores em ouro e prata, garantindo um fluxo positivo de metais para os cofres do Estado. Para alcançar esse superávit, os governos adotaram o **protecionismo alfandegário**: impunham altas tarifas sobre produtos importados para desestimular sua compra, ao mesmo tempo que incentivavam a produção interna e as exportações.

Por fim, um elemento crucial para o sucesso mercantilista era o **colonialismo** e o **Pacto Colonial**. As colônias desempenhavam um papel duplo e fundamental. Elas forneciam matérias-primas a baixo custo (como açúcar, tabaco e metais preciosos) que a metrópole não possuía e, ao mesmo tempo, serviam como um mercado consumidor cativo para os produtos manufaturados da metrópole. O Pacto Colonial era um sistema de monopólios que proibia as colônias de comercializarem com qualquer outro país que não fosse sua metrópole, garantindo que toda a riqueza gerada no império colonial fluísse exclusivamente para o centro do poder. Por exemplo, o Brasil colonial só podia vender seu açúcar para Portugal e comprar produtos manufaturados portugueses, garantindo lucros para a coroa e a burguesia lusitana.



## Metalismo

Acúmulo de metais preciosos como medida de riqueza nacional



## Balança Comercial

Busca por superávit nas exportações em relação às importações



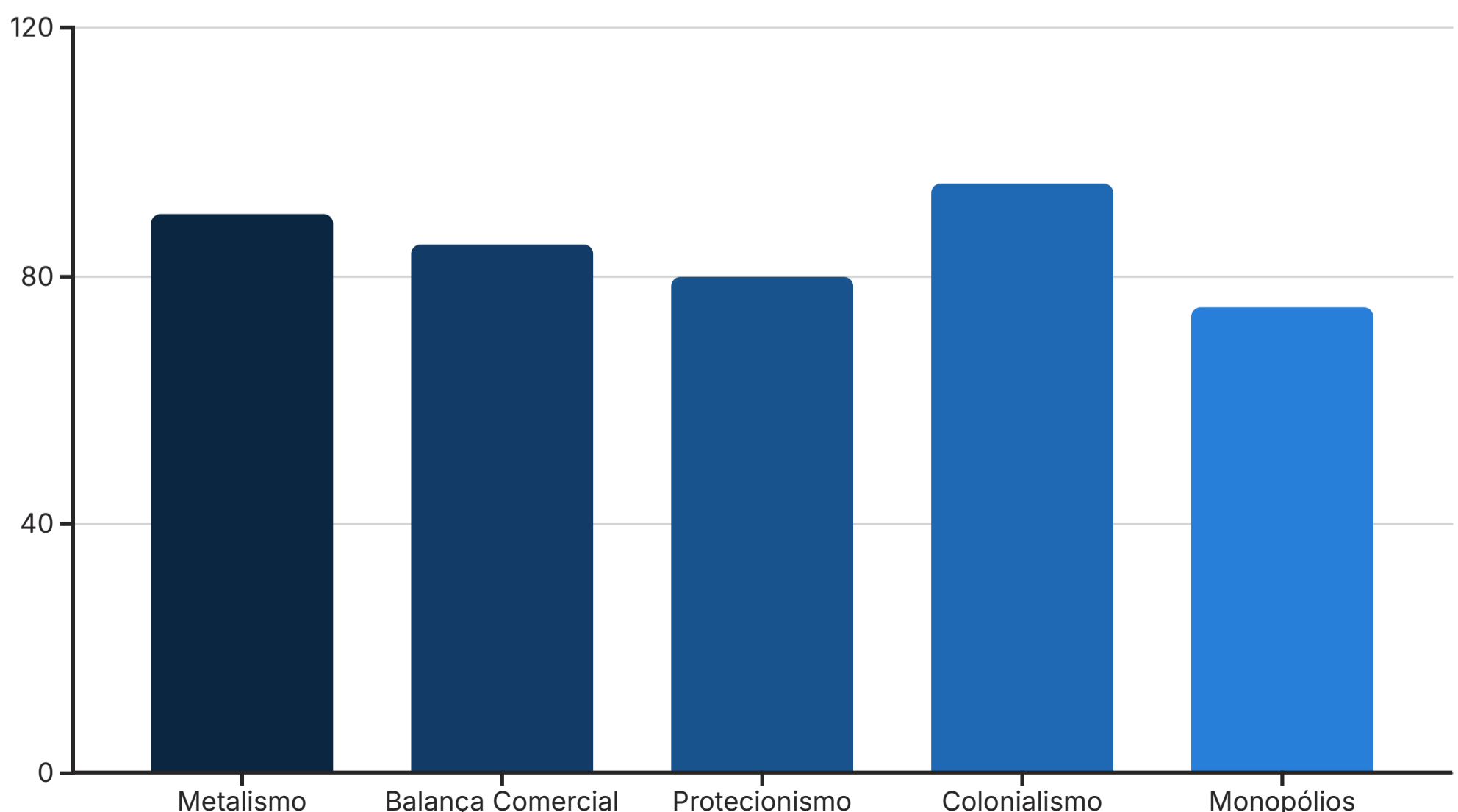
## Protecionismo

Tarifas altas para proteger a produção nacional da concorrência estrangeira



## Pacto Colonial

Monopólio comercial da metrópole sobre suas colônias



# 5. A Sociedade do Antigo Regime

## Uma Estrutura de Ordens e Privilégios

A estrutura social que dava sustentação ao Absolutismo e ao Mercantilismo é conhecida como **Sociedade do Antigo Regime**. Sua característica principal era a organização em **ordens** ou **estamentos**, uma divisão baseada no critério de nascimento e não na riqueza ou no mérito individual. A mobilidade social era extremamente rara e difícil. Cada ordem possuía funções, direitos e deveres distintos, estabelecidos por lei e tradição, criando uma sociedade profundamente hierárquica e desigual.

O **Primeiro Estado** era composto pelo **clero**. Seus membros, da alta hierarquia (bispos, abades) à baixa (padres, monges), tinham como função cuidar da salvação espiritual da sociedade. Eles gozavam de enormes privilégios, como a isenção de impostos, o direito de serem julgados em tribunais eclesiásticos próprios e a posse de vastas extensões de terra. O clero exercia uma imensa influência ideológica, legitimando o poder do rei através da Teoria do Direito Divino e controlando a educação e a cultura.

O **Segundo Estado** era a **nobreza**, que podia ser de origem "de espada" (tradicional, de linhagem guerreira) ou "de toga" (burgueses que compravam títulos ou ascendiam por serviços ao rei). Sua função teórica era defender o Estado com as armas. Assim como o clero, os nobres eram isentos da maioria dos impostos, ocupavam os mais altos cargos no exército e na administração real e viviam de rendas provenientes de suas terras ou de pensões concedidas pelo monarca. O luxuoso estilo de vida da corte, como em Versalhes, era o ápice da exibição do prestígio e do poder nobiliárquico.

### Primeiro Estado: Clero

- Função: cuidar da salvação espiritual
- Privilégios: isenção de impostos, tribunais próprios
- Composição: alta hierarquia (bispos) e baixa (padres)
- Poder: influência ideológica e controle da educação

### Segundo Estado: Nobreza

- Função: defesa militar do reino
- Privilégios: isenção fiscal, cargos de prestígio
- Tipos: "de espada" (tradicional) e "de toga" (nova)
- Poder: controle de terras e altos postos administrativos

# O Terceiro Estado: A Base da Pirâmide

A vasta maioria da população, cerca de 95% ou mais, pertencia ao **Terceiro Estado**. Este era um grupo extremamente heterogêneo, que incluía desde a alta burguesia (banqueiros, grandes comerciantes, industriais) e profissionais liberais (advogados, médicos) até pequenos artesãos, trabalhadores urbanos (*sans-culottes*) e, em sua esmagadora maioria, camponeses. O que unia esse grupo diverso era a ausência de privilégios: eles não tinham isenções e eram obrigados a pagar todos os impostos que sustentavam o luxo do clero e da nobreza, além da máquina estatal absolutista.

Apesar de sua importância econômica vital, o Terceiro Estado não possuía praticamente nenhuma representação política. A alta burguesia, embora muitas vezes mais rica que a nobreza, ressentia-se de sua exclusão dos altos cargos e da falta de prestígio social. Os camponeses, por sua vez, viviam sob o peso de obrigações feudais remanescentes, como a corveia (trabalho gratuito nas terras do senhor) e as banalidades (taxas pelo uso de moinhos e fornos), além dos dízimos pagos à Igreja e dos impostos reais.

Essa estrutura social era, em si, uma fonte de tensões crescentes. A burguesia, enriquecida pelo mercantilismo e influenciada pelas novas ideias do Iluminismo (que estudaremos em aulas futuras), começava a questionar a legitimidade de uma ordem baseada no privilégio de nascimento. A rigidez do Antigo Regime, que concentrava privilégios no topo e obrigações na base, continha as sementes de sua própria destruição, que viria a germinar em movimentos revolucionários, como a Revolução Francesa. O cotidiano de um camponês ou de um artesão era marcado por uma luta constante pela sobrevivência, em um mundo onde seu trabalho sustentava uma elite que ele raramente via, mas cujos privilégios definiam os limites de sua própria vida.

## Alta Burguesia

Banqueiros, grandes comerciantes e industriais que, apesar da riqueza, não tinham acesso aos privilégios da nobreza

## Profissionais Liberais

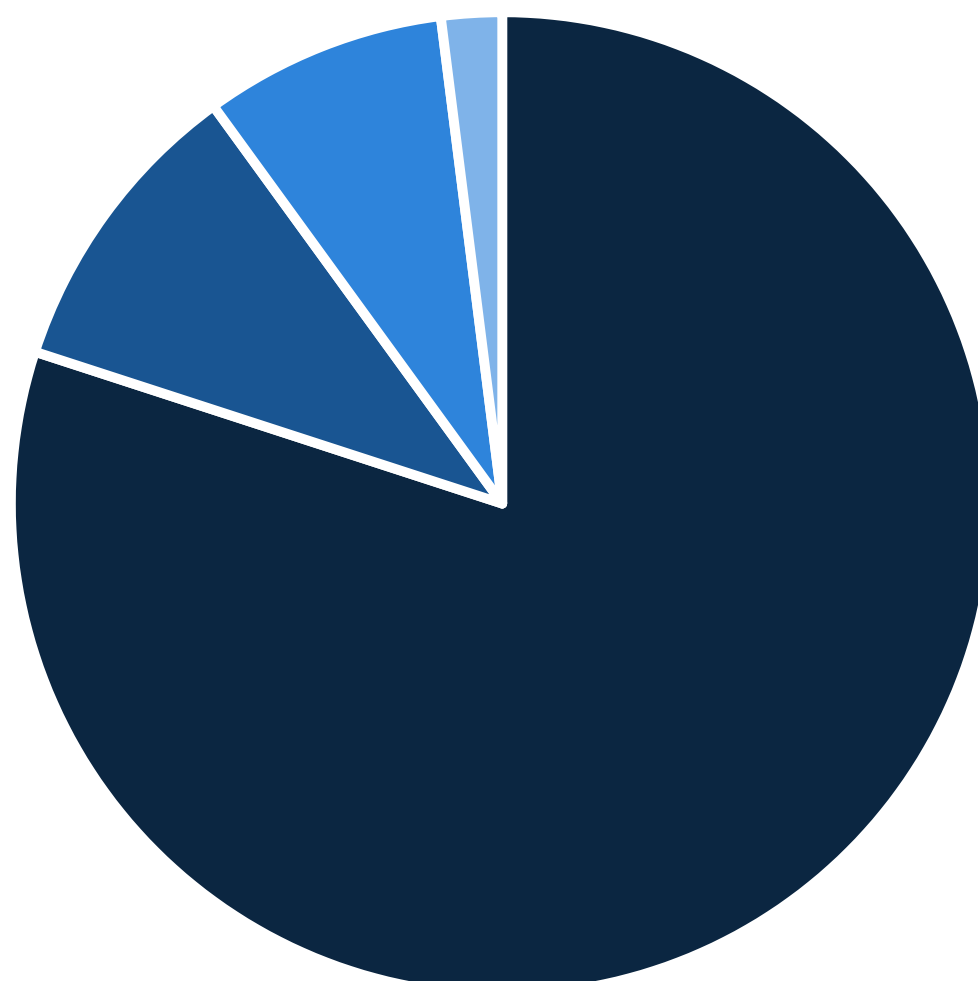
Advogados, médicos e intelectuais que formavam uma classe média urbana educada

## Artesãos e Pequenos Comerciantes

Organizados em corporações de ofício, produziam bens manufaturados e mantinham pequenos comércios nas cidades

## Camponeses

A maioria esmagadora da população, trabalhavam a terra sob condições precárias, pagando impostos ao rei, dízimos à Igreja e obrigações aos senhores



■ Camponeses

■ Artesãos

■ Burguesia

■ Profissionais

# Síntese e Interconexões

O Estado Moderno, que estudamos nesta aula, pode ser entendido como um sistema complexo e interdependente, cujas partes se apoiavam mutuamente. É impossível compreender o **Absolutismo** sem o **Mercantilismo**, pois o poder político centralizado do rei dependia da riqueza gerada pelas práticas econômicas intervencionistas. Da mesma forma, o Mercantilismo não poderia funcionar sem a força do Estado Absolutista para impor monopólios, proteger rotas comerciais e administrar um vasto império colonial.

Ambos, por sua vez, eram sustentados pela estrutura social do **Antigo Regime**. A sociedade de ordens, com seus privilégios para o clero e a nobreza e suas obrigações para o Terceiro Estado, era o alicerce que mantinha a desigualdade e a concentração de poder. A nobreza parasitária da corte era controlada pelo rei com pensões e cargos, enquanto a burguesia era, ao mesmo tempo, explorada por impostos e beneficiada por monopólios comerciais. Era um equilíbrio precário, mantido pela força, pela tradição e pelas justificativas ideológicas dos teóricos que estudamos.

Adotar uma perspectiva de História Global e Conectada nos permite ver que esse sistema não era um fenômeno isolado na Europa. Ele foi a força motriz por trás da Expansão Marítima, estabelecendo as primeiras redes de uma economia verdadeiramente global. O açúcar produzido por mão de obra escravizada africana no Brasil financiava a corte portuguesa; a prata extraída por indígenas na Bolívia pagava os exércitos espanhóis que lutavam na Europa. O Estado Moderno europeu foi construído, em grande medida, sobre a exploração de outros continentes, um legado complexo e duradouro cujas consequências ainda moldam o mundo contemporâneo.



## Absolutismo

Poder político centralizado na figura do rei



## Mercantilismo

Sistema econômico intervencionista a serviço do Estado



## Antigo Regime

Estrutura social baseada em ordens e privilégios



## Sistema-Mundo

Rede global de exploração colonial e comércio

# O Legado e a Transição

O modelo do Estado Moderno Absolutista dominou o cenário político europeu por aproximadamente três séculos, mas ele não era estático nem eterno. Carregava em si as contradições que levariam à sua superação. A burguesia, que inicialmente apoiou a centralização do poder para garantir seus interesses comerciais, tornou-se cada vez mais poderosa e consciente de sua importância econômica. Contudo, continuava a ser barrada politicamente pelos privilégios da nobreza e limitada economicamente pelas excessivas regulamentações mercantilistas.

As ideias do Iluminismo, que defenderão a razão, a liberdade individual, a igualdade perante a lei e a soberania popular, fornecerão a base ideológica para a crítica a todo esse sistema. O Absolutismo será visto como tirania, o Mercantilismo como um entrave à livre iniciativa e a sociedade de ordens como uma injustiça intolerável. Essas críticas culminarão em um ciclo de revoluções, conhecido como Revoluções Burguesas, que transformará radicalmente o Ocidente.

Portanto, ao encerrarmos esta aula, é fundamental compreender que o Estado Moderno não é o ponto final da história, mas uma etapa crucial na transição entre o mundo feudal e o mundo contemporâneo liberal-capitalista. Ele criou as estruturas de poder centralizado que ainda hoje caracterizam os Estados-nação, mas os princípios que o justificavam – o direito divino, o privilégio de nascimento e o poder absoluto – seriam violentamente questionados e, em muitos lugares, derrubados. O estudo do Absolutismo e do Mercantilismo é, assim, o estudo do apogeu de um mundo prestes a ser transformado.

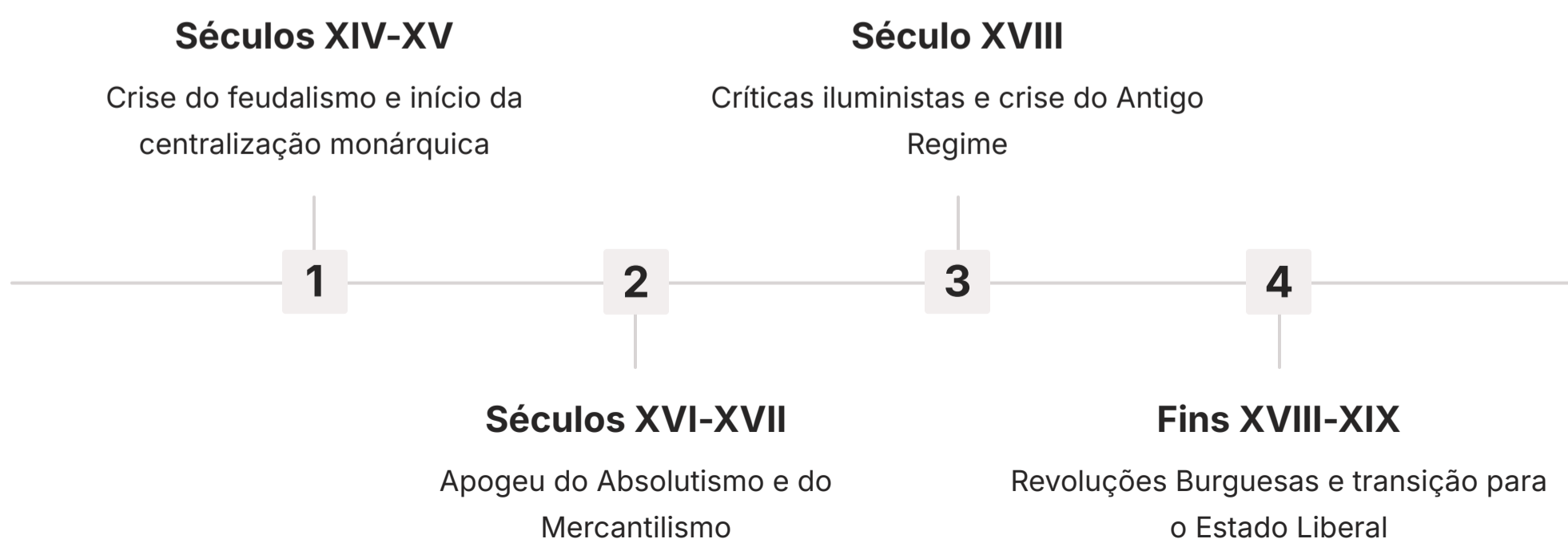
A Expansão Marítima e Comercial, que veremos em nossa próxima aula, é a consequência direta e o principal instrumento desse novo Estado centralizado e faminto por riquezas.

## Legado do Estado Moderno

- Centralização administrativa
- Unificação territorial e linguística
- Formação de identidades nacionais
- Criação de exércitos permanentes
- Estabelecimento de sistemas tributários

## Contradições e Limites

- Ascensão econômica da burguesia sem correspondente poder político
- Rigidez da sociedade estamental
- Excesso de regulamentações mercantilistas
- Crescente questionamento da legitimidade do poder absoluto
- Surgimento de novas ideias políticas (Iluminismo)



# Consolidação e Reflexão

## Aula 16 – O Estado Moderno: Absolutismo e Mercantilismo

### Resumo dos Pontos-Chave:

- **Centralização do Poder:** A transição da fragmentação feudal para um Estado Nacional unificado, impulsionada pela aliança entre rei e burguesia.
- **Absolutismo:** Sistema político de poder concentrado no monarca, sustentado por um exército permanente, uma burocracia e um sistema tributário nacional.
- **Teóricos do Poder:** O Absolutismo foi justificado por diferentes vias: a pragmática (Maquiavel), a filosófica (Hobbes) e a religiosa (Bossuet).
- **Mercantilismo:** Prática econômica intervencionista focada no acúmulo de metais preciosos (metalismo) através de uma balança comercial favorável, protecionismo e exploração colonial.
- **Antigo Regime:** Sociedade hierárquica dividida em estamentos (clero, nobreza e Terceiro Estado), marcada pela desigualdade legal e pelos privilégios de nascimento.

### Perguntas para Reflexão:

1. De que forma os instrumentos de poder do Estado Absolutista (exército, burocracia, impostos) se assemelham ou diferem dos instrumentos dos Estados contemporâneos?
2. A ideia de um "contrato social" de Hobbes, onde se troca liberdade por segurança, ainda é relevante nos debates políticos atuais? Onde você a enxerga?
3. De que forma os princípios mercantilistas (protecionismo, busca por superávit comercial) ainda se manifestam nas políticas econômicas de alguns países hoje?
4. Como a perspectiva de uma História Conectada muda nossa compreensão sobre a "riqueza" e o "poder" das nações europeias no período moderno?

### Próxima Aula:

Na **Aula 17 – A Expansão Marítima e Comercial Europeia**, veremos como esses Estados recém-fortalecidos projetaram seu poder para além-mar. Analisaremos as motivações, as tecnologias e as consequências globais das Grandes Navegações, que inauguraram uma nova era de intercâmbio, conquista e exploração em escala mundial.

### Recursos Adicionais:

- **Livro:** PERRY, Marvin. *Civilização Ocidental: Uma História Concisa*. (Capítulos sobre a formação dos Estados Modernos).
- **Artigo:** ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. (Uma análise marxista clássica e densa sobre o tema).
- **Documentário:** "Versailles: O Sonho de um Rei" (Disponível em plataformas de streaming, foca na figura de Luís XIV como arquétipo do monarca absoluto).

Esta jornada pelo surgimento do Estado Moderno é essencial para decifrar o DNA do nosso próprio mundo. Continue com dedicação e curiosidade, pois cada camada do passado que desvendamos ilumina os desafios e as estruturas do nosso presente. Mantenha o foco em seus estudos